

Em nome da autonomia e do desenvolvimento: o Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear

In the name of autonomy and development: Brazil and non-proliferation, disarmament and peaceful uses of nuclear energy

Diego Santos Vieira de Jesus*

Meridiano 47 vol. 13, n. 129, jan.-fev. 2012 [p. 28 a 34]

O objetivo deste artigo é examinar as posições defendidas pelo Brasil quanto à não-proliferação, ao desarmamento e aos usos pacíficos da energia nuclear neste início de século. O argumento central que pretendo desenvolver aponta que o Brasil deseja colocar-se como interlocutor entre os Estados nuclearmente e não-nuclearmente armados e se beneficiar em termos da maior participação nos fóruns internacionais, em particular no desenvolvimento de regras e normas que contenham ações unilaterais de grandes potências e preservem a flexibilidade para a articulação dos interesses de países emergentes. O país almeja pressionar os Estados nuclearmente armados para que cumpram suas obrigações de desarmamento, enquanto procura preservar a autonomia para desenvolver atividades nucleares pacíficas.

O Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear no século XX

Na década de 1940, em resposta ao Plano Baruch – que, na prática, garantia aos EUA o monopólio da tecnologia e das matérias-primas nucleares no mundo ocidental –, o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da ONU, propôs ao governo do Brasil a Linha de Compensação Específica, com a venda de materiais físséis por preços justos apenas em troca de assistência técnica em termos de treinamento, tecnologia e equipamentos (MARZO & ALMEIDA, 2006, p.191-192). A partir do início da década de 1950, o governo brasileiro passou a procurar controlar as exportações de minérios nucleares, definir reservas e estoques estratégicos e estimular ainda mais a tecnologia nacional no setor. Dentre as principais iniciativas tomadas naquele momento, cabe destacar a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951.

O acordo de cooperação nuclear sob o Programa Átomos para a Paz facilitou a aquisição de reatores de pesquisa pelo Brasil (KNOBEL, BELISÁRIO & CAPOZOLI, 2000). Posteriormente, foram criados, durante o governo

* Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação *lato sensu* em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IRI / PUC-Rio. (dsvj@puc-rio.br)

de Juscelino Kubitschek, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como órgão gerador da política nuclear e o Instituto de Energia Atômica (IEA) na USP – futuramente transformado no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) – para a pesquisa e a formação de pessoal (MARZO & ALMEIDA, 2006, p.193).

Na década de 1960, o governo João Goulart estabeleceu o monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de minérios nucleares localizados no território nacional; o comércio dos minérios nucleares e seus concentrados, dos elementos nucleares e seus compostos, dos materiais físseis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substâncias radioativas das três séries naturais e dos subprodutos nucleares; e a produção de materiais nucleares e suas industrializações. No regime militar, o Brasil defendera, durante as negociações do Tratado de Tlatelolco para a proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe, condições muito estritas para sua entrada em vigor. Embora o Brasil tivesse assinado o tratado em 1967, ele não abandonou a condição de ratificação universal antes de sua adesão (RUBLEE, 2010, p.5-51). O Brasil também se recusou a realizar a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), pois militares e membros do Itamaraty consideravam o tratado discriminatório. Eles acreditavam que o documento limitava o desenvolvimento tecnológico dos Estados não-nuclearmente armados (SQUASSONI & FITE, 2005).

Começou em 1972, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, a construção da usina de Angra 1, cuja potência elétrica bruta é 640 megawatts hoje e cuja operação comercial foi iniciada em 1985 (KNOBEL, BELISÁRIO & CAPOZOLI, 2000). Porém, o país não conseguiu se libertar da dependência tecnológica em relação aos EUA no contexto da Guerra Fria. A diversificação de parceiros para o desenvolvimento do programa nuclear tornava-se prioritária naquele momento, e a Alemanha Ocidental era promissora. Os dois países assinaram em 1975 o Acordo Nuclear Brasil – República Federal da Alemanha, que previa a construção de reatores de potência no Brasil e a cooperação em processamento, enriquecimento e reprocessamento do urânio. Somente uma das usinas nucleares previstas foi concluída até hoje – Angra 2, que começou a operar comercialmente em 2001 e cuja potência elétrica bruta é 1.350 megawatts hoje –, e sua construção foi atrasada após períodos de paralisação (SQUASSONI & FITE, 2005). Os EUA convenceram a Alemanha Ocidental a requerer salvaguardas sobre a tecnologia transferida.

A fim de reduzir a dependência em relação ao auxílio estrangeiro, evitar limitações criadas pelas salvaguardas internacionais e desenvolver alternativas em face das evidências de que o processo alemão de enriquecimento por jatos centrífugos não era tão eficiente, o Brasil deu início em 1979 ao “Programa Nuclear Paralelo”. Basicamente, o programa autônomo visava a eliminar vulnerabilidades nas áreas sensíveis e de materiais pela substituição das importações de equipamentos, materiais, instrumentos e radioisótopos e pelo desenvolvimento de instalações em escala semi-industrial, necessárias para caracterizar o domínio tecnológico e a viabilidade industrial dos processos. A agregação de tecnologia autônoma ao processamento de matérias-primas minerais permitia evitar sua evasão a preço vil (MARZO & ALMEIDA, 2006, p.195).

No âmbito da maior aproximação com a Argentina, uma série de iniciativas vinha sendo desenvolvida desde o início da década de 1980. Uma das primeiras iniciativas data de 1980: a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. A partir de então, declarações conjuntas foram desenvolvidas sinalizando o progresso na construção de transparência entre os dois países, como a Declaração do Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear (1985), a Declaração de Brasília (1986), a Declaração de Viedma (1987), a Declaração de Iperó (1988) e Declaração de Ezeiza (1988) (VARGAS, 1997).

Em 1990, o Brasil sob a administração do presidente Fernando Collor de Mello fechou instalações para testes nucleares numa base da Aeronáutica na Serra do Cachimbo, no Pará. Dando prosseguimento ao processo de aproximação na esfera nuclear, o Brasil fortaleceu a cooperação com a Argentina no Comunicado de Buenos Aires – que ressaltou a importância dos programas nucleares dos dois países e sinalizou o interesse em aprofundar a cooperação – e na Declaração de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina de Foz do Iguazu – que aprovou um Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) – em 1990 (ABACC, s.d.). Em 1991,

com o Acordo de Guadalajara para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear que estabeleceu um sistema de inspeções mútuas, o Brasil e a Argentina criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para desenvolver uma nova perspectiva para a cooperação e a integração entre os dois antigos rivais. Brasil, Argentina, ABACC e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) assinaram o Acordo Quadripartite para Aplicação de Salvaguardas em 1991, em vigor desde 1994.

O decreto que promulgou o Tratado de Tlatelolco entrou em vigor em 1994, e, em 1998, durante a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o país realizou a acessão ao TNP baseado no entendimento de que medidas seriam tomadas a fim de eliminar as armas nucleares nos arsenais das grandes potências nuclearmente armadas (SQUASSONI & FITE, 2005). O Brasil também ratificou o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (em inglês, *Comprehensive Test Ban Treaty*, CTBT) no mesmo ano (MARZO & ALMEIDA, 2006, p.195-196; KNOBEL, BELISÁRIO & CAPOZOLI, 2000).

No nível externo, o Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou implementar uma agenda internacional proativa baseada na busca de “autonomia pela participação”. O país poderia enfrentar desafios internacionais se contribuísse mais para o processo de elaboração de normas e regras multilaterais (VIGEVANI & OLIVEIRA, 2007). O Brasil durante a administração de Luiz Inácio Lula da Silva manteve a ênfase no multilateralismo e na importância de normas e regras internacionais em resposta aos desafios de um mundo mais interdependente, mas defendeu mais enfaticamente o conceito de soberania nacional e a busca por liderança, que poderia ser alcançada por meio de uma ação diplomática mais dinâmica (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Os usos pacíficos da energia nuclear e a não-proliferação nuclear no novo século

Lula reiterou que a pesquisa nuclear no Brasil tinha propósitos pacíficos constitucionalmente definidos e que o país respeitava os principais acordos regionais e multilaterais, em especial as provisões da ABACC e da AIEA. O Brasil também consolidou sua participação no Grupo dos Supridores Nucleares, um conjunto de países que objetivam contribuir aos esforços de não-proliferação e atuam para garantir que as transferências internacionais de material nuclear e de equipamentos de uso dual sejam apenas realizadas para fins pacíficos. O Brasil assumiu a presidência do grupo em 2006 e defendeu que os controles sobre tecnologias nucleares não deveriam interferir nos usos legítimos da energia nuclear, nem redundar na criação de exigências adicionais para os Estados que já cumprissem seus compromissos de não-proliferação (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2011b).

Apesar de constantes pressões por parte dos EUA, o Brasil recusou-se a aderir ao Protocolo Adicional ao Acordo com a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas, principalmente porque as extensões das salvaguardas exigidas pelo Protocolo poderiam ampliar o número de atividades que deveriam ser declaradas à AIEA e criar problemas para a segurança da tecnologia de ultracentrífugas independentemente desenvolvida no país e os interesses comerciais relacionados a tal tecnologia. Mesmo reconhecendo o valor das instituições internacionais, as autoridades brasileiras defendiam que o fortalecimento do sistema de salvaguardas não era sustentável sem desenvolvimentos positivos paralelos pelos Estados nuclearmente armados quanto ao desarmamento nuclear (RUBLEE, 2010, p.54).

Em 2004, o Brasil usou coberturas visuais que não permitiram aos inspetores da AIEA verificar detalhes das ultracentrífugas na Fábrica de Combustível Nuclear em Resende, no Rio de Janeiro (FLEMES, 2006, p.22-23). Embora o Brasil tivesse melhorado seu desempenho na área de não-proliferação nuclear, a rejeição a inspeções totais ampliou suspeitas sobre as intenções do programa nuclear brasileiro (RUBLEE, 2010, p.55). Enquanto o Brasil dizia temer a espionagem de sua suposta tecnologia inovadora de enriquecimento e reiterava que o país mantinha seu compromisso com os elementos básicos do TNP, a AIEA desejava acesso às instalações brasileiras a fim de garantir que o país estava enriquecendo urânio a níveis mais baixos para reatores civis, não a altos níveis para material

explosivo utilizado em armas nucleares (APPLEGARTH, 2004). O principal objetivo brasileiro naquele momento era desenvolver parâmetros para as inspeções.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 reiterou a busca brasileira pelo desenvolvimento de sua capacidade de projetar e fabricar um submarino de propulsão nuclear e acelerar investimentos e parcerias a fim de completar seu programa, sendo a determinação brasileira reforçada diante da necessidade de proteção de reservas de petróleo descobertas na camada pré-sal (DIEHL & FUJII, 2009).

No nível internacional, a ampliação da cooperação nuclear com a Argentina para o desenvolvimento de um projeto de reator e para a criação de uma companhia binacional para a produção de urânio enriquecido em escala industrial (Empresa Binacional de Enriquecimento, EBEN) e a revitalização da ABACC eram esforços que garantiam à comunidade internacional que o programa nuclear brasileiro não era voltado para a produção de armas nucleares (DIEHL & FUJII, 2009). Com os objetivos de ampliar e atualizar seu programa nuclear e contribuir para sua inserção competitiva no mercado internacional do combustível nuclear, o Brasil procurou fortalecer parcerias estratégicas internacionais. Algumas delas foram voltadas para o aumento de sua capacitação tecnológica e industrial, em particular com a África do Sul, a China e a Coreia do Sul. Visando a fortalecer sua capacitação na pesquisa em energia de fusão, o país intensificou sua cooperação com a EURATOM em 2009 (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2011a).

O Brasil também defendeu que partes do TNP que não tinham armas nucleares eram dotadas do direito de desenvolver atividades nucleares pacíficas, inclusive o Irã. A forma de cooperação proposta pelo Brasil com o Irã seria mais voltada para a tentativa de acomodação das reivindicações iranianas e a busca de construção de confiança por meio da inserção de maior flexibilidade no diálogo e nos resultados. Na Declaração de Teerã assinada por Brasil, Turquia e Irã em 2010, o Irã aceitara depositar urânio de baixo enriquecimento na Turquia mediante o envio de combustível nuclear para o reator de pesquisas em Teerã pelo Grupo de Viena – composto pelos EUA, Rússia, França e AIEA. A Declaração foi criticada pelos EUA e por membros da União Europeia por não lidar com a continuação da produção de urânio enriquecido a 19,75% no Irã. Ademais, as autoridades iranianas poderiam requerer o retorno do urânio de baixo enriquecimento depositado na Turquia se as provisões da Declaração não fossem respeitadas. O principal problema, de acordo com as grandes potências ocidentais, era a falta de definições específicas sobre situações consideradas violações. Contudo, os líderes brasileiros ressaltaram que a Declaração de Teerã jamais fora imaginada como a solução definitiva do problema iraniano, mas como uma medida de construção de confiança destinada a assentar bases para uma solução negociada (JESUS, 2011, p.64-66).

O desarmamento nuclear no novo século

O Brasil desenvolveu a cooperação com demais membros da Coalizão da Nova Agenda – Nova Zelândia, Egito, Irlanda, México, África do Sul e Suécia. Tais Estados estavam preocupados com a falta de progresso no que dizia respeito ao desarmamento nuclear após a extensão do TNP por prazo indeterminado e desejavam construir um novo estágio para a discussão multilateral sobre essas questões. Uma importante função da Coalizão foi a construção de conexões entre os Estados nuclearmente armados e o Movimento dos Países Não-Alinhados nas discussões sobre desarmamento nuclear. Embora os membros da Coalizão reconhecessem que desafios como as organizações terroristas e os Estados que apoiavam esses grupos e tinham programas de armas de destruição em massa despertassem mais atenção ao pilar de não-proliferação no TNP, a luta contra essas ameaças não deveria ser desenvolvida à custa do desarmamento nuclear (RUBLEE, 2010, p.51).

Embora muitos especialistas pensassem que a Coalizão da Nova Agenda começara a se esfacelar logo após o estabelecimento, na Conferência de Exame do TNP de 2000, dos “Treze Passos Práticos” para os esforços sistemáti-

cos e progressivos para a implementação do Artigo VI do tratado, o Brasil sob a administração Lula tentou cooperar mais com seus parceiros na Coalizão a fim de pressionar para que as armas nucleares fossem retiradas do estado de alerta, desativadas e eliminadas. Eles também defenderam a separação das ogivas nucleares dos vetores. O Brasil e os demais membros da Coalizão da Nova Agenda apoiaram o CTBT e reiteraram que os Estados não deveriam desenvolver novas armas nucleares ou armas nucleares com novas capacidades militares (JOHNSON, 2005).

Nas reuniões da Comissão Preparatória da Conferência de Exame do TNP de 2010, o Brasil concordou com outros membros da Coalizão da Nova Agenda que algumas áreas requeriam atenção urgente no ciclo de exame do tratado, por exemplo a universalidade do documento – especialmente formas de fazer com que a Índia, o Paquistão e Israel participassem dos compromissos de desarmamento nuclear –, reduções nas forças nucleares, garantias de segurança, a entrada do CTBT em vigor – e a manutenção da moratória de testes de armas nucleares ou outras explosões nucleares – e o apoio a um tratado que proibisse a produção de materiais físséis para armas ou outros dispositivos nucleares e incluísse medidas efetivas de verificação (JESUS, 2010, p.562-564; KIMBALL, 2010).

Na Conferência de Exame do TNP de 2010, foi adotado o Plano de Ação, que contém 64 passos práticos para serem adotados pelos Estados partes do TNP nas áreas de não-proliferação, desarmamento e usos pacíficos da energia nuclear, com prevalência para o desarmamento nuclear. Os Estados nuclearmente armados reafirmaram e, em alguns casos, ampliaram seus compromissos em matéria de desarmamento, enquanto os países não-nuclearmente armados elevaram o grau de suas reivindicações sobre tal questão. O Brasil ocupou em 2010 a presidência da Conferência do Desarmamento e continuou o esforço para adoção de um programa de trabalho a fim de permitir superar a paralisia que se estendia na Conferência desde 1997. Cumpre destacar que o país também criou uma representação junto a essa conferência, bem como junto à AIEA e à Organização Preparatória para o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2011b).

Desenvolvimentos recentes

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, declarou que pretendia manter as principais linhas das políticas de não-proliferação, desarmamento e usos pacíficos da energia nuclear do governo anterior. Durante a campanha presidencial, Rousseff afirmou que Lula desenvolveu uma política externa em defesa da paz e buscou uma solução negociada para a situação política no Oriente Médio. Ela reafirmou a confiança na solução pacífica de disputas, que motivara Lula a mediar a troca de combustível. Para a então candidata à Presidência da República, não haveria motivo para não fortalecer as relações com o Irã e não buscar o desenvolvimento de confiança recíproca (ROUSSEFF, 2010, p.24).

Um dos primeiros atos do governo Rousseff no que diz respeito à cooperação na área nuclear foi a formalização da parceria com a Argentina para a construção de dois reatores de 30 megawatts de potência para pesquisa. Embora ainda se imaginasse um período de cinco anos para a conclusão do projeto e não tivessem sido definidos os valores para investimentos compartilhados, o acordo – firmado na Argentina durante a primeira visita presidencial de Rousseff em 2011 – estabeleceu que os dois países desenvolveriam o projeto de um reator, o que seria feito por profissionais da CNEN e da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina. Um comitê diretor supervisionaria a elaboração do projeto, e, em uma segunda etapa, cada país iria construir seu próprio reator a partir de projetos comuns (GIRALDI, 2011; MACHADO, 2011).

Como lembram Diehl & Fujii (2009), os planos brasileiros de enriquecer urânio para a propulsão de submarinos e sua recusa a aderir ao Protocolo Adicional ao Acordo com a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas ainda levantam preocupações em torno da proliferação nuclear. No segundo semestre de 2011, a presidente reforçou o comprometimento do Brasil com os regimes internacionais na área nuclear.

Referências bibliográficas

- ABACC. S.d. A criação da ABACC. *ABACC website*. Disponível em: http://www.abacc.org/port/abacc/abacc_historia.htm. Acesso em: 27 abr. 2011.
- APPLEGARTH, C. 2004. Brazil permits greater IAEA inspection. *Arms Control Today*, v. 34, n.9. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2004_11/Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.
- DIEHL, S. & FUJII, E. 2009. Brazil's New National Defense Strategy Calls for Strategic Nuclear Developments. *NTI website*. Disponível em: http://www.nti.org/e_research/e3_brazil_new_nuclear_defense.html#fnB6. Acesso em: 29 out. 2011.
- FLEMES, D. 2006. Brazil's nuclear policy: from technological dependence to civil nuclear power. *GIGA Working Papers*, n. 23, p. 1-34. Disponível em: http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp23_flemes.pdf. Acesso em: 20 maio 2010.
- GIRALDI, R. 2011. Dilma e Cristina Kirchner vão fechar parceria para construção de reatores nucleares. *Correio Democrático*. Disponível em: <http://www.correiodemocratico.com.br/2011/01/dilma-e-cristina-kirchner-vaofechar-parceria-para-construcao-de-reatores-nucleares>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- JESUS, D.S.V. 2010. The Brazilian way: negotiation and symmetry in Brazil's nuclear policy. *Nonproliferation Review*, v.17, n.3, p.551-567.
- JESUS, D.S.V 2011. Building Trust and Flexibility: A Brazilian View of the Fuel Swap with Iran, *The Washington Quarterly*, v.34, n.2, p. 61-75.
- JOHNSON, R. 2005. Politics and protection: why the 2005 NPT Review Conference failed. *Disarmament Diplomacy*, n. 80. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/dd/dd80/80npt.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.
- KIMBALL, D. 2010. Next steps on New START. *Arms Control Today*, v.40, n.3. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2010_04/Focus. Acesso em: 11 set. 2010.
- KNOBEL, M.; BELISÁRIO, R. & CAPOZOLI, U. 2000. A confusa política nuclear brasileira. *Energia nuclear: custos de uma alternativa*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/nuclear/nuclear09.htm>. Acesso em: 27 abr. 2011.
- MACHADO, L. 2011. Brasil e Argentina assinam acordo para construção de reatores nucleares de pesquisa. *Informe Cnen*, n.2. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/noticias/lst-noticias-informe.asp?ano=2011&num=2>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- MARZO, M.A.S. & ALMEIDA, S.G. 2006. *A evolução do controle de armas: desarmamento e não-proliferação*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda..
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. 2011a. Temas multilaterais – Energia nuclear. In: MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. *Balanco de Política Externa 2003/2010*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.13-temas-multilaterais-energia-nuclear/at_download/file. Acesso em: 26 abr. 2011.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. 2011b. Temas multilaterais – Desarmamento. In: MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. *Balanco de Política Externa 2003/2010*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.18-temas-multilaterais-desarmamento/at_download/file. Acesso em: 26 abr. 2011.
- ROUSSEFF, D. 2010. Dilma Rousseff e Marina Silva expõem suas ideias sobre política externa. *Política Externa*, v.19, n.2, p.17-25.
- RUBLEE, M.R. 2010. The nuclear threshold states: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan. *The Nonproliferation Review*, v. 17, n. 1, p. 49-70.

- SQUASSONI, S. & FITE, D. 2005. Brazil as litmus test: Resende and restrictions on uranium enrichment. *Arms Control Today*, v.35, n. 8. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2005_10/Oct-Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.
- VARGAS, E.V. 1997. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2011.
- VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. 2007. Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 7, p. 1309-1326.
- VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. & OLIVEIRA, M. 2007. Brazilian foreign policy in the Cardoso Era: the search for autonomy through integration. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 5, p. 58-80.

Resumo

O objetivo é examinar as posições defendidas pelo Brasil quanto à não-proliferação, ao desarmamento e aos usos pacíficos da energia nuclear neste início de século. O argumento central aponta que o Brasil almeja pressionar os Estados nuclearmente armados para que cumpram suas obrigações de desarmamento, enquanto procura preservar a autonomia para desenvolver atividades nucleares pacíficas.

Abstract

The objective is to examine the positions adopted by Brazil on nuclear non-proliferation, disarmament and peaceful uses of nuclear energy in the beginning of this century. The central argument indicates that Brazil aims to pressure the nuclear-weapon states to fulfill their disarmament obligations, while seeks to preserve autonomy to develop peaceful nuclear activities.

Palavras-chave: Não-proliferação; desarmamento; energia nuclear

Keywords: non-proliferation; disarmament; nuclear energy

Recebido em: 12/12/2011

Aprovado em: 21/12/2011

